

ACREDITO NO PODER DA EDUCAÇÃO PÚBLICA, NO PODER QUE A EDUCAÇÃO TEM DE MUDAR VIDAS.

Rodrigo Ribeiro dos Santos

Lourdes Aparecida Portela de Sá

**VISITA AO MUSEU AFRO-BRASIL:
AMPLIANDO O OLHAR SOBRE O CONTINENTE AFRICANO**



Revista **1ª** EVOLUÇÃO

Ano IV - nº 36 - Janeiro de 2023

ISSN 2675-2573

Uma publicação mensal da Edições Livro Alternativo

Editor Responsável:

Antônio Raimundo Pereira Medrado

Editor correspondente (Angola):

Manuel Francisco Neto

Coordenaram esta edição:

Andreia Fernandes de Souza

Manuel Francisco Neto

Vilma Maria da Silva

Organização:

Manuel Francisco Neto

Vilma Maria da Silva

Colunista: Isac dos Santos Pereira

AUTORES(AS) DESTA EDIÇÃO

Alecina do Nascimento Santos

Antônio Dos Reis Façony

Faustino Moma Tchipesse

Jucira Moura Vieira da Silva

Lourdes Aparecida Portela de Sá

Lucicleide Pereira dos Santos

Maria Elisabete Rodrigues de Britto

Mirella Clerici Loayza

Monica Nunes

Nair Dias Ramos

Patrícia Mendes Cavalcante de Souza

Rita de Cássia Martins Serafim

Roberta Batista

Sheila Bastos Soares

Vilma Cavalcante Sabino da Silva

Os artigos assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores e não expressam, necessariamente, a opinião da revista.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Revista Primeira Evolução [recurso eletrônico] / [Editor] Antonio Raimundo Pereira Medrado. – ano 3, n. 36 (jan. 2023). – São Paulo : Edições Livro Alternativo, 2023. 130 p. : il. color

Bibliografia

Mensal

Vol. 1, n. 1 (fev. 2020)

ISSN 2675-2573 (on-line)

Modo de acesso: <https://primeiraevolucao.com.br>

DOI 10.52078/issn2673-2573.rpe.36

1. Educação – Periódicos. 2. Pedagogia – Periódicos. I. Medrado, Antonio Raimundo Pereira, editor. II. Título.

CDD 22. ed. 370.5

Patrícia Martins da Silva Rede – Bibliotecária – CRB-8/5877

ACESSOS: <https://primeiraevolucao.com.br>



<https://doi.org/10.52078/issn2673-2573.rpe.36>



São Paulo
2023

Editor Responsável:

Antônio Raimundo Pereira Medrado

Editor correspondente (ANGOLA):

Manuel Francisco Neto

Comissão editorial:

Antônio Raimundo Pereira Medrado
José Roberto Tenório da Silva
Manuel Francisco Neto
Vilma Maria da Silva

Coordenação editorial:

Ana Paula de Lima
Andreia Fernandes de Souza
Isac dos Santos Pereira
José Wilton dos Santos

Com. de Avaliação e Leitura:

Prof. Me. Adeílson Batista Lins
Prof. Me. Alexandre Passos Bitencourt
Profa. Esp. Ana Paula de Lima
Profa. Dra. Andreia Fernandes de Souza
Profa. Dra. Denise Mak
Prof. Me. Faustino Moma Tchipesse
Prof. Dr. Isac dos Santos Pereira
Prof. Dr. Manuel Francisco Neto
Profa. Ma. Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco
Profa. Dra. Patrícia Tanganelli Lara
Profa. Dra. Tháís Thomaz Bovo
Profa. Ma. Veneranda Rocha de Carvalho

Bibliotecária:

Patrícia Martins da Silva Rede

Colunistas:

Profa. Ma. Cleia Teixeira da Silva
Prof. Dr. Isac dos Santos Pereira
Prof. Me. José Wilton dos Santos

Edição, Web-edição e projetos:

Antonio Raimundo Pereira Medrado
José Roberto Tenório da Silva
Lee Anthony Medrado

Contatos

Tel. 55(11) 99543-5703
Whatsapp: 55(11) 99543-5703
primeiraevolucao@gmail.com (S. Paulo)
netomanuelfrancisco@gmail.com (Luanda)
<https://primeiraevolucao.com.br>

Imagens, fotos, vetores etc:

<https://publicdomainvectors.org/>
<https://pixabay.com>
<https://www.pngwing.com>
<https://br.freepik.com>

Publicada no Brasil por:

Edições
Livro Alternativo

CNPJ: 28.657.494/0001-09

Colaboradores voluntários em:



A revista PRIMEIRA EVOLUÇÃO é um projeto editorial criado pela **Edições Livro Alternativo** para ajudar e incentivar professores(as) a publicarem suas pesquisas, estudos, vivências ou relatos de experiências.

Seu corpo editorial é formado por professores/as especialistas, mestres/as e doutores/as que atuam na rede pública de ensino, e por profissionais do livro e da tecnologia da informação.

Uma de suas principais características é o fato de ser **independente e totalmente financiada por professoras e professores**, e de distribuição gratuita.

PROPÓSITOS:

Rediscutir, repensar e refletir sobre os mais diversos aspectos educacionais com base nas experiências, pesquisas, estudos e vivências dos profissionais da educação;

Proporcionar a publicação de livros, artigos e ensaios que contribuam para a evolução da educação e dos educadores(as);

Possibilitar a publicação de livros de autores(as) independentes;

Promover o acesso, informação, uso, estudo e compartilhamento de softwares livres;

Incentivar a produção de livros escritos por professores/as e autores independentes;

Financiar (total ou parcialmente,) livros de professoras/es e estudantes da rede pública.

PRINCÍPIOS:

Os trabalhos voltados para a **educação, cultura** e produções independentes;

O uso exclusivo de **softwares livres** na produção dos livros, revistas, divulgação etc;

A ênfase na produção de **obras coletivas** de profissionais da educação;

Publicar e divulgar **livros de professores(as)** e autores(as) independentes;

O respeito à **liberdade e autonomia** dos autores(as);

O combate ao despotismo, ao preconceito e à superstição;

O respeito à **diversidade**.

**Esta revista é mantida e financiada por professoras e professores.
Sua distribuição é, e sempre será, livre e gratuita.**

Produzida com utilização de softwares livres

 **FREE SOFTWARE
FOUNDATION**



Filiada à:



Platform &
workflow by
OJS / PKP

Google Acadêmico



www.primeiraevolucao.com.br

A educação evolui quanto mais evoluem seus profissionais

05 APRESENTAÇÃO

Prof^a. Dra. Andréia Fernandes de Souza

08 DESTAQUE

Prof. RODRIGO RIBEIRO DOS SANTOS

ACREDITO NO PODER DA EDUCAÇÃO PÚBLICA. NO PODER QUE A EDUCAÇÃO TEM DE MUDAR VIDAS.

06 Catalog'Art; Naveg'Ações de Estudantes

Isac dos Santos Pereira

129 Na Busca do Brincar

J. Wilton



ARTIGOS

* Destaque

- | | |
|--|-----|
| 1. A FORMAÇÃO DO EDUCADOR E SUA IMPORTÂNCIA PARA A DIVERSIDADE E A INCLUSÃO
Alecina do Nascimento Santos | 13 |
| 2. ÉTICA E DEONTOLOGIA NA EDUCAÇÃO: ARTICULANDO SABERES E EXPERIÊNCIAS PEDAGÓGICAS
Antônio Dos Reis Fançony e Faustino Moma Tchipesse | 21 |
| 3. O BRINCAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL COMO BASE PARA O DESENVOLVIMENTO DAS CRIANÇAS
Jucira Moura Vieira da Silva | 35 |
| ★ 4. VISITA AO MUSEU AFRO-BRASIL: AMPLIANDO O OLHAR SOBRE O CONTINENTE AFRICANO
Lourdes Aparecida Portela de Sá | 45 |
| 5. A IMPORTÂNCIA DA MÚSICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL
Lucicleide Pereira dos Santos | 55 |
| 6. ÉTICA, MORAL, FILOSOFIA E PSICOLOGIA NA EDUCAÇÃO E O PROFESSOR COMO AGENTE TRANSFORMADOR
Maria Elisabete Rodrigues de Britto | 63 |
| 7. REFLEXÕES SOBRE AULAS BASEADAS NA RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS VOLTADAS À EDUCAÇÃO INFANTIL
Mirella Clerici Loayza | 71 |
| 8. A EDUCAÇÃO INFANTIL E A SUA IMPORTÂNCIA PARA O DESENVOLVIMENTO DAS CRIANÇAS
Monica Nunes | 79 |
| 9. O LETRAMENTO NAS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL
Nair Dias Ramos | 87 |
| 10. UMA BREVE HISTÓRIA DA INFÂNCIA E SEUS PENSADORES
Patrícia Mendes Cavalcante de Souza | 95 |
| 11. AS TECNOLOGIAS DIGITAIS E SUAS RELEVÂNCIAS NA EDUCAÇÃO
Rita de Cássia Martins Serafim | 103 |
| 12. O PODER DA CULTURA AFRO E INDÍGENA
Roberta Batista | 107 |
| 13. MUSICALIDADE E OS SEUS EFEITOS PEDAGÓGICOS
Sheila Bastos Soares | 115 |
| 14. A EDUCAÇÃO E OS DESAFIOS DA INCLUSÃO
Vilma Cavalcante Sabino da Silva | 121 |

A EDUCAÇÃO INFANTIL E A SUA IMPORTÂNCIA PARA O DESENVOLVIMENTO DAS CRIANÇAS

MONICA NUNES

RESUMO

Esse artigo pretende abordar reflexões a respeito da Educação Infantil e sua importância para o desenvolvimento das crianças. A gama de tópicos abordados nesse artigo vai desde adequadamente educativa para questões de natureza social e cultural que dizem respeito diretamente ao estudo da infância bem como o reconhecimento de direitos e o desenvolvimento de políticas públicas destinado a crianças da Educação Infantil em cenários políticos e econômicos complexos. A relevância desse artigo é de perceber que a importância da educação infantil é fundamental para o desenvolvimento das crianças, pois é nesta fase da vida que são lançadas as bases para o futuro. Esse artigo é baseado em uma pesquisa bibliográfica, com citações de autores que denotam sobre o tema em questão.

Palavras-chave: Aprendizagens; Desenvolvimento; Direitos; Infância; Reconhecimento.

INTRODUÇÃO

Nos primeiros seis anos de vida encontram-se as melhores condições para adquirir as ferramentas que permitirão desenvolver e funcionar em qualquer situação ao longo da vida.

Estudos revelam que a primeira infância é um momento biológico que condiciona a educação para o resto da vida. É o momento em que o cérebro lança as bases de seu complexo funcionamento. Esse grande potencial favorece a aquisição de conhecimento nessa fase.

Todas as mensagens e estímulos que recebemos durante esse período são organizados para formar respostas às diferentes situações que as pessoas enfrentarão. O processo de aprendizagem da criança e seu crescimento como pessoa depende de como eles estão intelectual e emocionalmente ligados às mensagens. Por isso é importante oferecer uma educação infantil saudável para as crianças.

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL EM SÃO PAULO

A palavra criança é entendida como falta de idade, maturidade ou de adequada integração social. Portanto essa definição está longe de ser apenas o fator da idade, pois está associada a determinados papéis e desempenhos específicos e esses papéis dependem estreitamente da classe social que a criança é inserida.

A infância, em dado momento histórico, revela-se como um problema social, cuja solução parecia fundamental para o país. O significado social da infância circunscrevia-se na perspectiva de moldá-la de acordo com o projeto que conduziria o Brasil ao seu ideal de nação (UJIIE e PIETROBON, 2008, p. 291).

Sua participação no processo produtivo, o tempo de escolarização, o processo de socialização no interior da família e da comunidade, as atividades cotidianas se diferenciam dependendo da posição da criança e de sua família na estrutura sócio - econômica. Se essa inserção social é diferente, fica impróprio ou inadequado supor a existência de uma população infantil homogênea, em vez de se perceber diferentes populações infantis com processos desiguais de socialização.

No estado de São Paulo, desde dezembro de 1920, a Legislação previa a instalação de Escolas Maternais, com a finalidade de prestar cuidados aos filhos de operários, preferencialmente junto às fábricas que oferecessem local e alimento para crianças. As poucas empresas que se propunham a atender os filhos de suas trabalhadoras o faziam desde o berçário, ocupando-se também da instalação de creches (KUHLMANN JR., 2000b, p. 8)

Se adotarmos uma concepção abstrata da infância, está analisando a criança como “natureza infantil”, distanciando de suas condições objetivas de vida e como se estas fossem desvinculadas das relações de produção existente na realidade. Entender a criança em relação ao contexto social e não como natureza infantil, constitui o princípio central desta definição. No sentido de fundamentar esse referencial, desenvolve-se aqui três linhas básicas de reflexão, segundo Sonia Kramer (1987, p. 32):

A primeira tem o objetivo de apontar como o sentimento e a valorização atribuídos à infância nem sempre existiram da forma como atualmente são conhecidos e defendidos, tendo sido determinados a partir de modificações econômicas e política da estrutura social.

A segunda trata especificamente da ideia de infância no pensamento pedagógico, mostrando o significado tanto da pedagogia “tradicional” quanto a “nova”. O objetivo é mostrar como essas concepções estão presente uma concepção de infância baseada na natureza infantil.

A terceira apresenta um estudo sobre a abordagem da privação cultural, base teórica da educação compensatória.

Sentimento de infância não significa o mesmo que afeição pelas crianças, correspondendo à consciência da particularidade infantil, ou seja, aquilo que distingue a criança do adulto e faz com que a criança seja considerada como um adulto em potencial, dotada de capacidade de desenvolvimento.

Romanowski e Martins (2013, p, 12) apontam algumas dificuldades que o educador iniciante enfrenta ao atuar na Educação Infantil:

Entre as dificuldades que as professoras iniciantes enfrentam em sua prática docente podemos citar: 1) domínio de conhecimentos específicos; 2) relação professor e alunos; 3) relacionamento com a comunidade escolar: pais, pares, direção, alunos e 13 outros profissionais; 4) organização pedagógica das escolas que realizam mudanças de série a cada ano com os professores; 5) falta de material; 6) ausência da direção; 7) processo de ensino, especificamente a não aprendizagem dos alunos, a adequação do trabalho em sala à proposta da escola. Deste modo, observamos que as dificuldades advêm mais das condições de realização do trabalho pelo professor e do que geradas por uma formação inicial deficitária.

Quanto ao contexto social que determina o surgimento deste tipo de sentimento e dois aspectos precisam ser enfatizados, de acordo com o historiador Philippe Ariès:

Era muito alto o índice de mortalidade infantil que atingia as populações e quando sobrevivia, ela entrava diretamente no mundo dos adultos. É importante acentuar que essa mortalidade continua hoje a ser regra geral para os filhos de classes dominadas em países de economia dependente.

O sentimento moderno de infância corresponde a duas atitudes contraditórias que caracterizam o comportamento dos adultos até hoje: uma considera a criança ingênua, inocente e graciosa e é paparicada pelos adultos e outra surge junto com a primeira, mas se contrapõe a ela, tomando a criança como um ser imperfeito e incompleto, que necessita da educação feita pelo adulto. (ARIÈS, 1981, p.50)

Este duplo sentimento é a nova função efetiva que a instituição familiar assume e começa na burguesia até chegarmos ao povo. É bom esclarecer que não é a família que é nova, mas o sentimento de família que surge no momento, inseparável do sentimento de infância. O reduto familiar, torna-se então cada vez mais privado e esta instituição vai assumindo funções antes destinadas para a comunidade.

De acordo com Kuhlmann Jr. (2010):

Os jardins de infância tornaram-se uma jovem e poderosa expressão da ética feminina da cooperação, da criação (educação) e da comunidade, com mulheres ativistas em ambos os lados do Atlântico advogando conscienciosamente uma alternativa aos valores do patriarcado, como a competição e a agressão (p. 110).

A concepção atual de infância, segundo Sonia Kramer (1987) é que se resulta numa dupla atitude com relação à criança: preservá-la da corrupção do meio, mantendo sua

inocência e fortalecê-la, desenvolvendo seu caráter e sua razão. AS noções de inocência e de razão não se opõem, elas são elementos básicos que fundamentam o conceito de criança como essência ou natureza.

A ideia de infância não existiu sempre e da mesma forma. Ela aparece com a sociedade capitalista, urbano-industrial, na medida em que muda a inserção e o papel social desempenhado pela criança na comunidade. Este conceito de infância é determinado pela modificação das formas de organização da sociedade.

Esta forma de organização instituiu diferentes classes sociais no interior das quais o papel da criança é diferente. A ideia de uma infância universal foi divulgada pelas classes dominantes baseada no seu modelo padrão de criança, a partir dos critérios de idade e de dependência do adulto, característicos de um tipo específico de papel social por ela assumido no interior dessas classes.

Se no Brasil a maioria das crianças e descendentes italianas pertencem às camadas menos favorecidas, isso também ocorre com migrantes de outras nacionalidades, como a portuguesa e a espanhola. Mas também se encontram pessoas das classes proprietárias, fazendeiros, comerciantes e industriais, que se envolvem com as populações de suas nacionalidades e intervêm nesses processos sociais. Por exemplo, o industrial Rodolfo Crespi, que fundou em 1897 um cotonifício onde empregou vários imigrantes italianos. Da sua fábrica, acendeu-se o estopim da greve geral de 1917 na cidade de São Paulo, que tinha entre suas bandeiras a luta contra a exploração do trabalho infantil. Crespi e sua esposa foram agraciados com o título de Conde e Condessa, pelo governo italiano, em 1928 e promoveram tanto a edição do jornal *Il Piccolo*, de linha editorial favorável ao fascismo, quanto a fundação, em 1935, do *Ninho Jardim Condessa Crespi*, para atender aos filhos de seus funcionários.

A educação infantil na cidade de São Paulo deu início em 1933, sobre a Concepção de escola comunitária. Nesse mesmo ano foram criadas as instituições Peri e pós-escolares. Em 1935 o grande marco para educação infantil foi a criação dos primeiros parques infantis em São Paulo. Em 1937 Mário de Andrade saiu da Secretaria da Cultura e Educação. Em 1947 houve a Criação da Secretaria de Educação e Cultura. Em 1951 houve a criação dos Recantos Infantis (Parques) em praças públicas do município de São Paulo. Em 1956 houve a criação do Grupo Municipal de Primeiro Grau e a ampliação do acesso para as crianças da classe trabalhadora. No ano de 1969 iniciou-se a implantação das Creches diretas no Município de São Paulo. Em 1970 criaram-se as classes de Ensino Pré-Primário nas unidades do Departamento de Educação e Recreio. (SME, 2015)

Em 1975 os Parques Infantis começaram a ser chamados de Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI).

Em 1976 (SME,2015, p. 1): Instituição do PLANEDI (Plano de Educação Infantil), Programa pré-escolar de tipo emergencial, utilizando espaços de Escolas Municipais de Ensino Fundamental.

No ano de 1989 ocorreu a Reorientação Curricular das Escolas Municipais de Educação Infantil, da qual permeou até o ano de 1992, baseando em autores com linhas gerais no sócio construtivismo, como Piaget, Vygotsky e Wallon. (SME, 2015).

Em 1990:

Estatuto da Criança e do Adolescente;

Garantia do direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade;

Tombamento de imóvel onde está localizada a EMEI Presidente Dutra. (SME, 2015, p.1)

No ano de 1995 ocorreu a publicação da primeira edição do documento e dos critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças (MEC).

Em 1996 criou-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN), na qual definiu-se a Educação Infantil, dividida em Creche de zero a três anos e Pré – Escola de quatro a seis anos, como a primeira etapa da Educação Básica. (SME, 2015).

Nos anos:

1998: Publicação do documento: Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (MEC)

2001: Publicação das Diretrizes de Integração das Creches ao Sistema Municipal de Ensino de São Paulo.

2002: Transição da Estrutura Administrativo Pedagógica das Creches da Secretaria da Assistência Social (SAS) para a Secretaria Municipal de Educação (SME, 2015, p. 2)

Em 2013 e 2014 (SME, 2015, p. 2) destacam-se:

2013: Instituição do Programa Mais Educação São Paulo - Programa de Reorganização Curricular e Administrativa;

Ampliação e Fortalecimento da Rede Municipal de Ensino de São Paulo e Integração do Ensino Fundamental com a duração de 8 anos ao Ensino Fundamental com duração de 9 anos;

Desenvolvimento do Programa SP Carinhosa para a promoção do desenvolvimento integral da 1ª infância;

Publicação do documento: Orientação Normativa nº 01/2013: Avaliação na Educação Infantil: aprimorando os olhares, que destaca as concepções de criança/infância, currículo, projeto político-pedagógico, perfil de educador, participação das famílias e articulação entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental.

2014: 441 Unidades Educacionais aplicaram os Indicadores da Qualidade na Educação Infantil (MEC).

Dessa forma encerra-se o ciclo de 80 anos da Educação Infantil na cidade de São Paulo, tendo como destaque no ano de 2015:

Construção do documento pela RMESP, Indicadores da Qualidade na Educação Infantil Paulistana (versão preliminar) - autoavaliação participativa aplicada em todas as unidades de Educação Infantil;
Comemoração dos 80 anos da Educação Infantil Paulistana;

Publicações: O uso da tecnologia e da linguagem midiática na Educação Infantil e Padrões Básicos de Qualidade da Educação Infantil Paulistana;
Assinatura do 1º Plano Municipal de Educação (PME - 2015 - 2025) da Cidade de São Paulo. (SME, 2015, p. 2)

Nota-se então que a Educação Infantil na cidade de São Paulo vem sendo olhada como a base para o desenvolvimento integral da criança, destacando-se grandes marcos durante os 80 anos.

ACESSO A CUIDADOS E EDUCAÇÃO INFANTIL

Um conceito democrático de qualidade na educação não deve deixar de levar em consideração o acesso a creches e pré-escolas. Em um país populoso como o Brasil, onde as crianças de 0 a 6 anos representam 13,3% do total, população (17 por cento em alguns estados (Brasil, 2002), com desigualdade desenfreada de renda, distribuição e entre regiões, é importante descobrir quem tem acesso à educação e que tipo de educação é oferecida.

Kappel (2003, 2005) realizou um estudo com base em dados coletados pelo Instituto de Geografia e Estatística (IBGE) e MEC para o período 1995-2001. Essas agências são as principais fontes de dados estatísticos sobre a educação brasileira: IBGE coleta dados em domicílios por meio de censos demográficos decenais e amostra nacional anual de pesquisas, e o MEC coleta dados de matrícula escolar fornecidos pelos sistemas escolares. Como Rosemberg mostrou (1999), os registros do IBGE sempre apresentaram maior número de matrículas do que o MEC. Uma explicação para isso pode ser o fato de que muitos serviços utilizados pelas famílias não são fiscalizados ou registrados em órgãos competentes, ou seja, eles têm uma existência marginal em oposição aos sistemas regulares de escolas públicas e privadas.

O estudo de Kappel mostrou que no período considerado houve uma expansão no número de inscrições, no entanto, grande parte das crianças brasileiras ainda estava fora da escola em 2001. Naquele ano, apenas 10,6% das crianças de 0 a 3 anos e 57,1% das crianças entre 4 e 6 anos frequentavam creches e pré-escolas nas grandes cidades.

As porcentagens de crianças matriculadas foram maiores para as crianças que se aproximavam sete anos de idade, de famílias brancas, de alta ou média renda e pais – principalmente mães – com maior escolaridade, mães que trabalham e famílias com menor número de pessoas, localizadas em áreas urbanas em regiões mais desenvolvidas, como São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná.

Um dos principais critérios de qualidade utilizados internacionalmente para avaliar a qualidade das escolas em qualquer nível de ensino é o tipo de educação anterior e treinamento no trabalho de professores ou educadores que trabalham diretamente com os alunos.

Antes da legislação vigente, as duas principais divisões da primeira infância sistemas de ensino no Brasil (atendimento e educação de crianças de 0 a 6 anos) diferentes agências governamentais. Pré-escolas, que geralmente atendem crianças de 4 a 6 anos em regime de tempo parcial, sempre estiveram vinculadas às redes regulares de ensino, nas escolas

primárias ou nas suas próprias instalações. Nessas escolas, os professores (principalmente mulheres) eram normalmente obrigados a ter um grau de educação de nível médio, mas em alguns sistemas escolares há um número significativo de professores com formação superior.

Em algumas regiões brasileiras, os atendimentos de urgência permaneceram, em geral por meio de acordos que admitiam professores não qualificados.

Para Piccinin (2012, p. 40):

A base para as aprendizagens humanas está na primeira infância. Entre o primeiro e o terceiro ano de idade a qualidade de vida de uma criança tem muita influência em seu desenvolvimento futuro e ainda pode ser determinante em relação às contribuições que, quando adulta, oferecerá à sociedade. Caso esta fase ainda inclua suporte para os demais desenvolvimentos, como habilidades motoras, adaptativas, crescimento cognitivo, aspectos sócio emocionais e desenvolvimento da linguagem, as relações sociais e a vida escolar da criança serão bem-sucedidas e fortalecidas.

As creches, por sua vez, eram em sua maioria supervisionadas por agências de assistência social, fornecendo cuidados e educação em tempo integral para a faixa etária de 0 a 6 anos. Elas foram administradas por governos locais ou estaduais ou por meio de acordos com agências ou ONGs locais ou internacionais.

As agências de bem-estar social raramente se preocupavam com escolaridade mínima ou grau de instrução anterior para adultos que trabalhavam diretamente com as crianças (Tavares, 1996). No máximo, algum treinamento não sistemático no trabalho foi oferecido, seja diretamente por meio de sistemas de supervisão ou por meio de consultores.

Após a recente, mas não totalmente concluída, integração das creches ao sistema de ensino, a formação de professores é legalmente exigida. Várias estratégias têm sido para enfrentar esse desafio: organização de cursos de educação de adultos para educadores que atuam em creches; substituição de educadores não qualificados por profissionais com formação acadêmica.

A tendência observada é a exigência de mais educação para educadores de crianças que estão se aproximando dos sete anos, e mais flexibilidade para aqueles que cuidam das mais jovens crianças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os primeiros anos de uma criança são a base para o seu desenvolvimento futuro, fornecendo uma base sólida para a aprendizagem ao longo da vida e as capacidades de aprendizagem, incluindo o desenvolvimento cognitivo e social. Pesquisas bem estabelecidas continuam a enfatizar a importância da educação infantil como um alicerce essencial do sucesso futuro de uma criança.

Nos programas pré-escolares desenvolvidos na cidade de São Paulo, as crianças aprendem a interagir com seus colegas, professores e pais. Eles também começam a descobrir interesses que mantêm por toda a vida.

É fundamental ter em mente o quanto a educação infantil é importante para o desenvolvimento da criança e por esse motivo, percebe-se que as escolas de educação infantil na cidade de São Paulo estão cada vez mais preparadas em termos teóricos e com formações de professores que atuam nessa faixa etária.

As crianças que participam das escolas de educação infantil têm habilidades sociais aprimoradas. Em um ambiente pré-escolar, as crianças aprendem habilidades cruciais como ouvir, compartilhar e se revezar com os outros.

Portanto, a educação infantil mostra-se crucial para o desenvolvimento das crianças e na cidade de São Paulo são desenvolvidos importantes programas que os professores, pais e comunidade em geral podem ter acesso para ajudar no desenvolvimento das crianças que estão nas escolas de educação infantil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Trad. Dora Flaksman. 2ª edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981. p.279.
- BRASIL/Ministério da Educação e Cultura. **Propostas pedagógicas e currículo em Educação Infantil**. Brasília: MEC, 1996.
- KAPPEL, M. D. B.; CARVALHO, M. C.; KRAMER, S. Perfil das crianças de 0 a 6 anos que frequentam creches e pré-escolas: uma análise dos resultados da Pesquisa sobre Padrões de Vida/IBGE. **Revista Brasileira de Educação**, n. 16, p. 35-47, jan./abr. 2001.
- KRAMER, Sonia. **A política do pré-escolar no Brasil – a arte do disfarce**. Rio de Janeiro: Editora Dois Pontos, 1987.
- KUHLMANN JR. Moysés, M. A circulação das ideias sobre a educação das crianças; Brasil, início do século XX. In: KUHLMANN JR., M.; FREITAS, M. C. de. (Orgs.). **Os intelectuais na história da infância**. São Paulo: Cortez, 2002.
- PICCININ, Priscila Vanessa. **A intencionalidade do trabalho docente com as crianças de zero a três anos na perspectiva Histórico-Cultural**. 2012. 76 fls. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2012.
- PREFEITURA DE SÃO PAULO. **História da Educação Infantil Paulistana**. Disponível em: <http://portal.sme.prefeitura.sp.gov.br/Portals/1/Files/24988.pdf>. Acesso em 20 jan.2023.
- NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, v. 10, p. 7-28, dez. 1993.
- ROMANOWSKI, Joana Paulin; MARTINS, Pura Lúcia. **Desafios da formação de professores iniciantes**. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.edu.uy/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S168874682013000100005&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 20 jan. 2023.
- SME – Secretária Municipal de Educação. **História da Educação Infantil Paulistana**. 2015. Prefeitura Municipal de São Paulo. Disponível em: <http://portal.sme.prefeitura.sp.gov.br/Portals/1/Files/24988.pdf>. Acesso em; 22 jan. 2023.
- UJIIE, Nájela Tavares; PIETROBON, Sandra Regina Gardacho. O movimento a favor da infância no Brasil. **Cadernos do CEOM – Memória, História e Educação**. Chapecó, SC, ano 21, n. 28, 2008.

Monica Nunes

Graduação em Pedagogia, pela Universidade Cruzeiro do Sul, UNICSUL em 2012. Pós-Graduação em Educação Infantil, pela Faculdade de Conchas, FACON em 2016. Pós-Graduação em Alfabetização e Letramento, pela Faculdade de Conchas, em 2016. Graduação em Artes Visuais pela Faculdade Morzateum de São Paulo, FAMOSP em 2017. Pós-Graduação em Educação e Artes Visuais pela Faculdade Integrada Campos Salles, FICS em 2021. Professora de Educação Infantil e Ensino Fundamental I, na Prefeitura Municipal de São Paulo, PMSP.

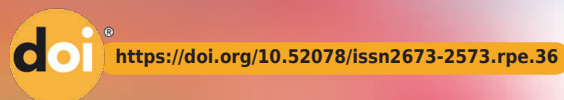


ORGANIZAÇÃO:

Manuel Francisco Neto
Vilma Maria da Silva

AUTORES(AS):

Alecina do Nascimento Santos
António Dos Reis Fançony
Faustino Moma Tchipesse
Jucira Moura Vieira da Silva
Lourdes Aparecida Portela de Sá
Lucicleide Pereira dos Santos
Maria Elisabete Rodrigues de Britto
Mirella Clerici Loayza
Monica Nunes
Nair Dias Ramos
Patrícia Mendes Cavalcante de Souza
Rita de Cássia Martins Serafim
Roberta Batista
Sheila Bastos Soares
Vilma Cavalcante Sabino da Silva



Produzida com utilização de softwares livres



Platform &
workflow by
OJS/PKP

www.primeiraevolucao.com.br

